

ESTÁGIO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO NICAJ NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

INTERNSHIP DURING A PANDEMIC: THE EXPERIENCE OF THE EXTENSION PROJECT NICAJ IN THE TRAINING OF SOCIAL WORK STUDENTS

PASANTÍA EN TIEMPOS DE PANDEMIA: LA EXPERIENCIA DEL PROYECTO DE EXTENSIÓN NICAJ EN LA FORMACIÓN DE LOS ESTUDIANTES DE TRABAJO SOCIAL

Marcos Antonio Klazura¹
Adriane Bühler Baglioli Brun²
Paula Camilo Sperfeld³

Resumo

O objetivo deste artigo foi analisar a experiência do Projeto de Extensão do Núcleo Integrado de Iniciativas Extensionistas e Estudos da Criança, Adolescente e Juventude do Centro Universitário Internacional (UNINTER) realizado no período de 2020 a 2021 durante a pandemia da covid-19. É importante destacar que, nesse contexto singular, exigiu-se mudanças significativas na organização pedagógica e na operacionalização de estratégias relacionadas à formação, especialmente nos cursos de graduação. Sendo assim, o debate apresentado neste trabalho destaca a importância da extensão universitária, inclusive como espaço para a vivência do estágio supervisionado. O ensaio foi elaborado a partir de uma visão crítica da formação profissional em Serviço Social, fundamentando-se no método crítico-dialético e materializado por meio de pesquisa bibliográfica e documental com uma abordagem qualitativa. As considerações levantadas no presente artigo destacam a importância de se pensar a formação a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Extensão; Estágio no Serviço Social; Pandemia.

Abstract

This article analyzes the experience of the Extension Project of the Integrated Nucleus of Extension Initiatives and Studies of Children, Adolescents, and Youth at the Centro Universitário Internacional (UNINTER) during the covid-19 pandemic from 2020 to 2021. In this unique context, significant changes were necessitated in pedagogical organization and the implementation of training-related strategies, especially in undergraduate programs. The discussion underscores the importance of university extension, including its role as a space for supervised internships. The essay was developed from a critical perspective on professional training in Social Work, grounded in the critical-dialectical method and materialized through qualitative bibliographic and documentary research. The considerations raised in this article highlights the importance of approaching education through the three pillars: teaching, research, and extension.

Keywords: Extension; social work internship; pandemic.

Resumen

¹ Doutorando em Educação e Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela PUCPR. Professor e Coordenador de Estágios do Curso de Serviço Social (UNINTER) – Pesquisador do GETFS. E-mail: marcosklazura@gmail.com

² Mestre em Educação, Coordenadora do Curso de Bacharelado em Serviço Social Uninter; Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Formação e Sociabilidade (GETFS) linha de estudos sobre Formação Profissional, Identidade e Trabalho do Curso de Serviço Social (UNINTER). E-mail: adriane.b@uninter.com

³ Especialista em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado (AEE), graduada em Geografia, Pedagogia e graduanda em Serviço Social e pós-graduanda em Direito Penal e Criminologia, e Humanização na Saúde Pública. Monitora do curso de Serviço Social (UNINTER). E-mail: paulasperfeld@gmail.com

El objetivo de este artículo ha sido analizar la experiencia del Proyecto de Extensión del Núcleo Integrado de Iniciativas Extensionistas e Estudos da Criança, Adolescente e Juventude del Centro Universitario Internacional (UNINTER), realizado en el periodo de 2020 a 2021 durante la pandemia de la covid-19. Es importante destacar que, en ese contexto singular, se exigió cambios significativos en la organización pedagógica y en la operacionalización de estrategias relacionadas a la formación, especialmente en los cursos de graduación. Por lo tanto, el debate presentado en este trabajo resalta la importancia de la extensión universitaria, incluso como espacio para la vivencia de la pasantía supervisada. El ensayo ha sido elaborado a partir de una visión crítica de la formación profesional en Trabajo Social, basándose en el método crítico-dialéctico y materializado por medio de investigación bibliográfica y documental con un enfoque cualitativo. Las consideraciones planteadas en el presente artículo destacan la importancia de pensar la formación a partir del trípode enseñanza, investigación y extensión.

Palabras-clave: Extensión; Pasantía en el Trabajo Social; Pandemia.

1 Introdução

O advento da pandemia de covid-19 em março de 2020⁴ mudou o cenário do processo de formação dos estudantes em todas as fases do ensino. Na graduação, principalmente para os cursos com atividades práticas e de estágio obrigatório, o cenário foi ainda mais preocupante. No período de início de pandemia, as Instituições de Ensino tiveram que rapidamente pensar em alternativas para atender às orientações do Ministério da Educação (MEC) quanto às aulas remotas e o processo de estágio.

Nesse contexto, em junho de 2020, a coordenação de estágio do curso de Serviço Social apresentou a proposta do estágio vinculado ao Projeto de Extensão Universitária com três frentes: a) subsídios acadêmicos para a qualificação da rede de atendimento à população em situação de rua; b) Fórum de Múltiplas Portas para o acesso à justiça: construindo pontes e formando redes de cidadania; c) Rede de Instituições de Acolhimento de Curitiba e região Metropolitana o qual foi substituído depois pelo Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Juventudes (NICAJ) do Centro Universitario Internacional (UNINTER).

A temática apresentada no artigo refere-se a uma reflexão sobre o Projeto de Extensão NICAJ da UNINTER. A partir dessa vivência, fez-se necessário refletir o espaço da extensão universitária na formação profissional, inclusive o debate sobre o estágio supervisionado realizado em projetos de extensão. Diante dessas indagações, e com o olhar para o curso de Serviço Social, o artigo se propôs a responder a seguinte pergunta: qual a contribuição do projeto NICAJ na formação profissional dos estudantes de Serviço Social no período da pandemia da covid-19? Para responder a essa indagação, cunhou-se o seguinte objetivo geral: analisar a contribuição do projeto de extensão NICAJ no processo de formação dos estudantes de Serviço Social da UNINTER por meio do estágio supervisionado.

⁴ A covid-19 é a doença causada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou uma pandemia devido a disseminação do vírus que ceifou milhões de vidas em todo o planeta.

Quanto aos objetivos específicos do artigo, estes foram organizados da seguinte forma: a) descrever a relação da extensão universitária com a formação profissional; b) demarcar o projeto de extensão como possibilidade para a vivência do estágio supervisionado; c) apresentar a experiência do Projeto NICAJ realizado na Uninter no período da pandemia da covid-19.

O trabalho foi orientado a partir do método crítico-dialético que tem como premissas a análise da realidade social a partir da totalidade, da contradição e da historicidade para a interpretação que é “dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.” (Gil, 2008, p. 14). Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados no estudo foram a pesquisa bibliográfica e documental, a partir de uma abordagem qualitativa. Na coleta de dados, foram utilizados livros, artigos, documentos e legislações da área, além das evidências da execução do Projeto NICAJ presentes na sala de extensão do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da plataforma Univirtus.

2 A extensão universitária e a formação profissional

Inicialmente, cabe destacar que a extensão universitária é indissociável do ensino e da pesquisa, constituindo-se o tripé da formação profissional. A extensão constitui-se em um processo de educação científica e cultural, buscando a articulação da pesquisa e do ensino para que ocorra a transformação da sociedade e da universidade. Assim, a extensão universitária ocorre para além dos muros universitários; ela abrange a comunidade. Nessa interação, os conhecimentos se encontram, não existe uma mão única de conhecimento, eles se entrelaçam e constituem novos saberes para nascimento de outros saberes (FORPROEX, 2015).

As atividades de extensão devem ter o propósito da transformação social, a partir da universidade em que o projeto está inserido, visto a abrangência das instituições de ensino, considerando o avanço da modalidade do ensino à distância. Neste contexto, em uma sociedade cada vez mais dinâmica, a educação se organiza a partir da territorialidade que não pode ser entendida apenas na ótica das fronteiras físicas com limites definidos, uma vez que as instituições de ensino contam com estudantes em diferentes territórios.

Nesta esteira, a extensão é a conciliação dos saberes e não a persuasão de um ao outro, e as atividades extensionistas direcionam a:

Educar e educar-se, na prática da liberdade, [como] tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – diálogo com aqueles que quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes,

transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (Freire, 1983, p. 15).

Sendo assim, o processo educacional que se desenvolve em extensão envolve o extensionista e a comunidade, todos pensados como agentes que aprendem e ensinam. Nesse processo de aprendizagem, “quem realmente aprende é o sujeito que se apropria do aprendido e o transforma em apreendido e conseqüentemente reinventa um novo saber” (Freire, 1983, p. 16).

Sem perder a sua essência, a extensão é uma potente alternativa de transformação social, considerando que não está restrita a limites escolares. Essa proposta polariza o conhecimento científico para além do campo, campos estes físicos ou virtuais, do ensino superior. Assim:

Emerge um novo conceito de “sala de aula”, que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. “Sala de aula” são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico clássico “estudante-professor” é substituído pelo eixo “estudante – professor – comunidade”. O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo. Dessa forma, ele se torna também o tutor (aquele que apoia o crescimento possibilitado pelo conhecimento), o pedagogo (aquele que conduz, de mãos dadas, o processo de conhecimento) e o orientador (aquele que aponta a direção desse processo). Assim, no âmbito da relação entre Pesquisa e Ensino, a diretriz Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão inaugura possibilidades importantes na trajetória acadêmica do estudante e do professor (FORPROEX, 2015, p. 33).

No que diz respeito ao Serviço Social, a Extensão permite que o graduando acompanhe as especificidades sociais na qual está inserido, enquanto estudante e cidadão, e essa inserção permite ao estudante “uma visão mais abrangente ao possibilitar o entendimento e o aproveitamento desses diferentes olhares em uma intervenção ou em um trabalho interdisciplinar, garantido o cumprimento da responsabilidade social” (Brun; Santos, 2019, p. 101).

O grande desafio nesse processo é a relação entre o individual e o coletivo, buscando a transposição do individual ao social, visto que a extensão facilita a articulação do ensino e pesquisa a partir do atendimento às demandas sociais, evidenciando que a instituição de ensino supera suas fronteiras internas (Iamamoto, 2013 *apud* Brun; Santos, 2019)

Sob essa ótica, as práticas de extensão nas universidades não ocorrem de forma corriqueira, nas graduações há investimentos em ensino, nas pós-graduações os olhares são voltados para a pesquisa, já a extensão fica deslocada, ocasionando assim um distanciamento da universidade com a sociedade, mantendo os conhecimentos retidos aos espaços de ensino e pesquisa.

Desconsiderar a extensão – excluindo-as das atividades de ensino e pesquisa de ensino – é não só promover a dissociação que fere a indissociabilidade e reproduz um velho modelo acadêmico como perder um vasto e indispensável terreno de descobertas e aprendizagens que, acima de tudo, situa as ciências no seu justo lugar de saberes a serviço do ser humano, histórica e socialmente compreendido. Menosprezar a extensão ou reduzi-la ao ensino e à pesquisa é também negar as várias contradições que atravessam o interior da universidade, desde suas origens até as transformações recentes. Mesmo num contexto universitário ainda não totalmente “pluriversitário”, o melhor está em ser possível exercitar a indissociabilidade (Moita; Andrade, 2009, p. 274).

A extensão possui além da indissociabilidade entre ensino e pesquisa outras diretrizes que se caracterizam pela: interação dialógica, a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, o impacto na formação do estudante e o impacto na transformação social. Todas essas diretrizes estão intimamente atreladas a construção da identidade profissional do estudante de Serviço Social (FORPROEX, 2015).

Na interação dialógica os saberes possuem a mesma importância, ou seja, tanto o extensionista como a população com a qual ele está interagindo possuem saberes e esses saberes devem ser expressos, respeitados, analisados, refletidos e discutidos para que a partir dessas reflexões e diálogos emergja um novo saber.

E ser dialógico, para um humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular [...]. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outro” por homens que são falsos “seres para si” (Freire, 1983, p. 28).

As ações interdisciplinares no Serviço Social são a base para pesquisa, uma vez que, enquanto profissionais dessa área, temos que procurar fontes epistemológicas dos estudos das ciências sociais e humanas. Além disso, hoje é inconcebível o exercício profissional sem a interdisciplinaridade. Thiesen (2008, p. 545) indica que a interdisciplinaridade “busca responder à necessidade de superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento”. Este conceito:

Funda-se no caráter dialético da realidade social, pautada pelo princípio dos conflitos e das contradições, movimentos complexos pelos quais a realidade pode ser percebida como uma e diversa ao mesmo tempo, algo que nos impõe delimitar os objetos de estudo demarcando seus campos sem, contudo, fragmentá-los. Significa que, embora delimitando o problema a ser estudo, não podemos abandonar as múltiplas determinações e mediações históricas que o constituem (Thiesen, 2008, p. 546).

Em um percurso histórico, muitos estudos tiveram e ainda tem marcas do positivismo, que se constitui em uma teoria que despedaça os campos de saberes. Essa teoria especializa os

campos de saberes e os torna distantes uns dos outros, impedindo que assuntos relevantes sejam abordados em um contexto mais amplo, por isso, há a necessidade de superação dessa perspectiva. Nesse sentido, a interprofissionalidade envolve, como o próprio nome sugere, a interação entre muitas profissões, construindo alianças intersetoriais necessárias para a intervenção profissional do Serviço Social.

A diretriz do impacto na formação do estudante, indicando a reflexão da extensão universitária, oferta suportes singulares e significativos para a formação do graduando de Serviço Social, uma vez que amplia seu universo à medida que oferta ao estudante a possibilidade de ensinar e de aprender em campos que não estão restritos aos limites educacionais da sua universidade, independente da modalidade de ensino, seja ela presencial ou a distância. Tais experiências reafirmam e materializam seu compromisso ético e político.

Quanto ao impacto da transformação social, este ocorre em duas direções interconectadas: tanto no meio/espço em que o projeto de extensão está interagindo, quanto nos próprios extensionistas, visto que o saber não ocorre em uma mão única e todos os saberes possuem o mesmo grau de importância. Dessa forma, quem ensina aprende e quem aprende também ensina. Programas de extensão não podem ser vistos como um saber superior que dita o conhecimento absoluto, ou ainda como projeto “pacote fechado” às pessoas consideradas objetos aculturados, sem história. Ao contrário, o aprendizado por meio da extensão é um movimento de saberes, por isso, quando um assistente social:

[...] se reconhece como “o agente da mudança”, dificilmente perceberá esta obviedade: que, se seu empenho é realmente educativo libertador, os homens com quem trabalha não podem ser objetos de sua ação. São, ao contrário, tão agentes da mudança quanto ele. A não ser assim, ao vivenciar o sentido da frase, não fará outra coisa senão conduzir, manipular, domesticar. E, se reconhece os demais como agentes de mudança, tanto quanto ele próprio, já não é o agente desta e a frase perde seu sentido (Freire, 1983, p. 29).

A transformação social ocorre em um contexto dinâmico, e todos os participantes estão e são envolvidos em um processo de descobrimentos e redescobrimientos de saberes, em um constante repensar que é (ou deveria ser) próprio de todo ser humano. A extensão não é uma simples atividade para a formação; é a oportunidade para a transformação social.

2.1 A extensão universitária como espaço para o estágio

O estágio supervisionado compreende as atividades de aproximação e participação nas ações interventivas dos Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais — unidades concedentes de estágio. Espaço em que o estudante participa *in loco* das rotinas e ações que o

profissional formado na área executiva em seu ofício laboral. A supervisão de estágio no Serviço Social, se analisada em seu contexto histórico mundial, emergiu na profissão como um treinamento que poderia ser voluntário ou remunerado e ocorria nas instituições de caridade, sendo considerado um “treinamento prático vocacional” (Lewgoy, 2008). Em âmbito geral, o estágio ocorria com supervisão em atividades das mais simples até as mais complexas e a ideia era de aprender fazendo. Neste contexto, o papel do supervisor de campo era administrativo e pouco pedagógico (Lewgoy, 2008).

No século XX, a psicanálise reflete suas teorias nos campos de estágio de Serviço Social, resultando em tarefas terapêuticas por parte do supervisor ao seu supervisionado. Obras desta área da ciência foram utilizadas como aporte teórico, sendo uma das mais famosas o *diagnóstico social*, de Mary Richmond. Segundo Lewgoy (2008, p. 2), “o texto indicava metodologias de estudo, diagnóstico e tratamento para atendimento de caso, desencadeando na supervisão o debate relacionado ao plano de tratamento entre supervisor e supervisionado”.

No Brasil, na gênese do Serviço Social, a supervisão em Serviço Social teve suas teorias oriundas de produções estadunidenses, com alguns materiais esparsos de textos da Bélgica, Canadá e Itália. Ainda a partir de 1947, quando começam a aparecer produções brasileiras próprias sobre o tema, essas produções ainda estavam intimamente vinculadas às ideias estadunidenses, perdurando até 1970. Nesta década:

Com o Movimento de Reconceitualização, o Serviço Social tentou cortar o cordão umbilical com os Estados Unidos. Nesse processo, houve uma rejeição à prática ligada às relações psicossociais que embasava toda a produção relacionada à supervisão até aquele momento. Iniciou-se, então, uma variedade de produções reconceituadas latino-americanas; no entanto, a literatura sobre a Supervisão em Serviço Social não acompanhou esse impulso. Localiza-se apenas uma produção significativa, cujas ideias rompem com as tradicionais: *supervisión en trabajo Social*, de Teresa Sheriff et alii (1973). As ideias do grupo de Sheriff têm suas referências no humanismo marxista e nos insumos de Paulo Freire, que marcam toda a sistematização [...]. Essa nova proposta de Supervisão, que rompe com a tradicional tem seu suporte em Ernesto “Che” Guevara, especialmente em seu livro *El Socialismo y el Hombre en Cuba*. A supervisão é vista como um processo educativo e operacional, onde os atores são portadores de uma educação libertadora, de consciência crítica dos fatos e sua inserção na realidade para transformá-la. Nesta medida, supervisor e supervisionado buscam, criam conjuntamente, como sujeitos da história, uma nova sociedade, via “revolução comunitária” (Buriolla, 1996, p. 24).

Entre os anos de 1970 a 1980, há também um movimento com enfoque teórico-cientificista no discurso dos estudos em Serviço Social. No entanto, na prática, houve poucas alterações quanto à prática da supervisão de estágio. Vale destacar que, nesse período, o Serviço Social estava em um processo de efervescência buscando nova teorização — a partir de sua aproximação mais consistente com a Teoria Social Crítica.

Na década de 1990 a supervisão em Serviço Social aparece configurada como componente integrante da formação e do exercício profissional (Buriolla, 1994). O estudo sobre a gênese e da supervisão demonstrou que, no final do milênio, ela invocava uma concepção vinculada à ideia de estágio, revelando, ainda, uma clara intenção de complementaridade, de unidade entre teoria e realidade, mas, contemporaneamente, atrelada à relação trabalho-educação (Lewgoy, 2008, p. 5).

A década de 1990 foi essencialmente marcante para o Serviço Social, considerando a aprovação da Lei nº 8662/1933 de regulação da profissão, o novo Código de Ética Profissional (1993) e a aprovação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996. Nesse contexto, importa destacar que a supervisão de estágio em Serviço Social fica demarcada como atribuição privativa do assistente social. Na atualidade, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010) entende a supervisão de estágio como um processo contínuo em que se ensina e se aprende, tanto supervisores (de campo e acadêmicos) como estagiários, visando uma formação coletiva.

A previsão do processo de estágio como *locus* de formação profissional está prevista na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, indicando que é dever da instituição de ensino formular normas para a execução do estágio. Para uma melhor organização e segurança dos atores envolvidos no estágio, foi promulgada a Lei nº 11.788, de 2008 (Lei Nacional do Estágio), que rege a organização e as normas para a operacionalização do estágio supervisionado. Essa legislação conceitua:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (Brasil, 2008).

Esta mesma normativa indica que “as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso” (Brasil, 2008). Ou seja, abre-se a previsão para a organização do estágio nos projetos de extensão desde que estejam previstas na organização do curso.

O estágio supervisionado do curso de Bacharelado em Serviço Social é premissa para a formação acadêmica. Como mencionado anteriormente, a LDBEN afirma que cabe às instituições educacionais a definição de como o estágio deve se desenvolver, assim, é atribuição das instituições organizarem a definição de carga horária de estágio e os documentos

obrigatórios, respeitando as Diretrizes Nacionais dos cursos superiores e as legislações específicas de cada área. No Serviço Social:

O estágio é o momento em que o aluno faz as aproximações e reflexões por meio da vivência sobre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, articulando os conteúdos das disciplinas ministradas em sala de aula com as intervenções propostas nos espaços de atuação profissional. Podemos compreender esse momento como um despertar para o aluno, marcado muitas vezes pela contradição e mediação das relações sociais institucionais e pelas demandas dos usuários dos serviços sociais (Brun; Santos, 2019, p. 60).

Nos cursos de graduação em que há previsão em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) que nas atividades de extensão podem ser realizadas o processo do estágio, desde que respeitadas os critérios da supervisão direta, podem ocorrer e são espaços privilegiados de formação profissional. O estágio em extensão na área de Serviço Social se materializa no contexto das estratégias que aproximam a faculdade à comunidade, na busca por experiências e aperfeiçoamento das práticas do futuro assistente social no processo constante de ensino e aprendizagem.

No caso particular da formação dos assistentes sociais, essa tem sido representativa no chamado ensino da prática e do desenvolvimento de metodologias participativas no processo de intervenção e investigação no Serviço Social. As atividades extensionistas servem ainda para dar maior flexibilidade e dinamicidade aos currículos (conforme Diretrizes Curriculares), com a prestação de serviços de excelência e do seu contato direto com a sociedade por meio dos núcleos temáticos de pesquisa e extensão. Ademais, existe uma consonância entre a defesa da universidade e da extensão (ABEPSS, 2010, p. 38).

Vale destacar que no Serviço Social o estágio supervisionado é normatizado pela Resolução CFESS nº 533/2008 – como forma de orientar a categoria profissional, os estudantes, as instituições de ensino sobre as regras e procedimentos que compõem o processo de formação profissional do assistente social por meio do estágio. Não se trata apenas de apresentar a normatização, mas de indicar uma intencionalidade para a formação e exercício profissional no Serviço Social.

2.2 O Projeto Núcleo Integrado de Iniciativas Extensionistas e Estudos da Criança, Adolescente e Juventude da Uninter

Antes de falar da organização do Projeto NICAJ, importa pontuar que esta extensão aconteceu no período de pandemia da covid-19, que se espalhou rapidamente pelo mundo, causando uma crise de saúde pública global. A doença foi caracterizada por sintomas

respiratórios como febre, tosse e falta de ar, variando de casos leves a graves e até fatais. Foi uma pandemia que mudou drasticamente a história contemporânea.

Devido à alta taxa de transmissão do vírus e à sua capacidade de se espalhar facilmente entre as pessoas, muitos países e governos adotaram medidas de proteção, como o distanciamento social, o uso de máscaras e o fechamento de escolas, empresas e serviços não essenciais. Essas medidas visavam conter a disseminação do vírus e proteger a saúde e a segurança da população. Em um cenário de medo caótico generalizado, o risco de morte causado por um inimigo invisível se apresentou sem fronteiras (Santos, 2020).

Como resultado dessas medidas, muitos estágios e atividades práticas dos cursos de graduação foram adaptados para o formato não presencial. Neste contexto, ampliou-se o trabalho remoto, o ensino à distância, a realização de reuniões e eventos on-line, entre outros. Essas mudanças foram feitas para minimizar o contato físico e reduzir o risco de transmissão do vírus, buscando manter as atividades essenciais em funcionamento mesmo durante a pandemia.

Destaca-se que, diante de muitos dilemas e buscando assegurar a qualidade de ensino, inclusive das contradições presentes na categoria profissional com relação às diferentes modalidades de ensino, faz-se necessário repensar as formas de materializar o estágio supervisionado em Serviço Social. Nesse sentido, compreende-se o atendimento à Resolução nº 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), normativa que estabelece as diretrizes para a supervisão de estágio em Serviço Social, inclusive o estágio na extensão, no cenário da formação profissional em Serviço Social.

Sobre a realização do estágio na extensão, importa destacar que é uma modalidade de estágio prevista na Política Nacional de Estágio em Serviço Social (2010) e historicamente desenvolvida no curso “[...] como estratégia de aproximação da academia com a realidade social, busca-se nessas experiências o aperfeiçoamento de práticas profissionais em campos diversificados, geralmente envolvendo atividades de ensino e pesquisa” (ABEPSS, 2010, p. 38)

Nesse sentido, a Lei Nacional de Estágio, Lei nº 11.788/2008, indica que “as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso” (Brasil, 2008). Assim, no Serviço Social, entende-se que a extensão pode ser campo de estágio desde que seja prevista no projeto pedagógico do curso, respeite a carga horária e garanta supervisão direta de estágio conforme normatiza a Resolução CFESS nº 533/2008.

A Política Nacional de Estágio, criada em 2010, indica que os campos de estágio na extensão devem apresentar os objetivos do Serviço Social em conformidade com a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão. Segundo a referida Lei, deve-se indicar que os projetos de intervenção estejam articulados com o exercício profissional dos assistentes sociais. Além disso, deve haver supervisão de campo e acadêmica realizada por profissionais assistentes sociais diferentes, sem acúmulo de papéis. Nesse contexto, a Resolução nº 533/2008, do CFESS, destaca alguns pontos relevantes em relação à supervisão de estágio: a importância da supervisão como um processo pedagógico, que deve ser desenvolvido de forma sistemática e intencional, promovendo o diálogo, a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento entre supervisor, estudante e demais atores envolvidos no estágio.

Diante das informações apresentadas, é importante destacar que, no cenário pandêmico de fechamento temporário de instituições e suspensão de atividades presenciais, o debate sobre a continuidade das atividades educacionais foi amplamente desenvolvido com muitas divergências. No entanto, em 16 de junho de 2020, foi publicada a Portaria nº 544, do Ministério da Educação (MEC), que dispunha sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus, possibilitando a criação de estratégias pelas instituições de ensino que atendessem às necessidades dos estudantes que estavam em fase de atividades práticas e estágios supervisionados.

Outro documento normativo que legitimou a prática de estágio remoto foi o Parecer CNE/MEC nº 19/2020, que propôs normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. O referido documento, emitido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) do MEC, normatizou a flexibilização das atividades não presenciais de estágio durante a pandemia de covid-19. O parecer foi publicado em 10 de dezembro 2020 em resposta aos desafios enfrentados pelas instituições de ensino em todo o país devido às restrições impostas pela pandemia, que dificultaram a realização de atividades presenciais práticas, como o estágio supervisionado.

Dentre os principais pontos abordados no Parecer CNE/MEC nº 19/2020, destacam-se:

- **Flexibilização das atividades de estágio** – O parecer permitia a flexibilização das atividades de estágio, possibilitando a realização de atividades não presenciais, por meio de recursos tecnológicos e de comunicação, desde que garantidos os princípios de legalidade, ética, qualidade, orientação e supervisão.
- **Adaptação dos planos de estágio** – O parecer autoriza a adaptação dos planos de estágio, mediante acordos entre as instituições de ensino, os estudantes e os campos de estágio, de forma a adequar as atividades às restrições impostas pela pandemia.

- **Avaliação das atividades não presenciais** – O parecer orientava as instituições de ensino a estabelecer critérios e procedimentos para a avaliação das atividades de estágio realizadas de forma não presencial, garantindo a validade e a eficácia dos resultados.
- **Manutenção das diretrizes curriculares** – O parecer destacava que as flexibilizações previstas não poderiam comprometer o cumprimento das diretrizes curriculares dos cursos de educação superior, bem como os objetivos e competências previstas nos projetos pedagógicos.
- **Necessidade de supervisão adequada** – O parecer ressaltava a importância da supervisão adequada das atividades de estágio, seja ela presencial ou não presencial, para garantir a qualidade e a segurança das atividades realizadas pelos estudantes (Brasil, 2020).

É importante destacar que o Parecer CNE/MEC nº 19/2020 foi uma orientação do Ministério da Educação de caráter não obrigatório, cabendo às instituições de ensino superior e aos campos de estágio a decisão de adotar as flexibilizações previstas, sempre respeitando a legislação vigente e assegurando a qualidade e a segurança do processo de formação dos estudantes.

No Curso de Serviço Social do Centro Universitário Internacional (UNINTER) nesta conjuntura pandêmica — a partir das experiências já existentes no curso, com relação as atividades de extensão universitária — foi desenvolvido o Núcleo Integrado de Iniciativas Extensionistas e Estudos da Criança, Adolescente e Juventude (NICAJ) da UNINTER. Esse núcleo de pesquisa e extensão estava voltado à temática da criança, adolescente e juventude envolvendo serviços, programas, benefícios e políticas públicas e sociais, além das normativas e legislações vigentes, contemporâneas e emergentes, buscando criar e fortalecer estratégias de promoção e proteção aos direitos desse público (UNINTER, 2020).

O NICAJ tinha como compromisso social abordar a temática sobre os direitos humanos e fundamentais da criança e adolescente, para fortalecer o trabalho intersetorial, o controle social, assessoramento e defesa de direitos, além de publicizar informações sobre serviços, atendimentos e direitos. O Projeto teve abrangência nacional e desenvolveu práticas extensionistas, que são indissociáveis ao ensino e a pesquisa. O objetivo geral do Projeto NICAJ foi de fomentar a política da Criança e do Adolescente por meio de iniciativas extensionistas desenvolvidas por professores, orientadores de estágio, supervisores e estudantes de Serviços Social (UNINTER, 2020).

Os objetivos específicos pretendiam materializar iniciativas que integrassem o NICAJ como um núcleo de estudos vinculados à área do adolescente e da criança. Visava, também,

oportunizar espaços para estágio aos estudantes de serviço social em todo território nacional, respeitando as normativas sobre a supervisão direta de campo e acadêmica. O NICAJ evidenciou a UNINTER como instituição comprometida com a promoção da dignidade humana e cidadania, em especial da criança, adolescente e juventude. No projeto, foi possível promover uma aproximação dos territórios nas políticas sobre políticas relacionadas à criança, ao adolescente e à juventude, inclusive ampliando pesquisas sobre esse público. Um objetivo ousado foi a busca do fortalecimento das redes de proteção, para a defesa de direitos e o atendimento à política da criança e do adolescente, evidenciando o compromisso da instituição de ensino com a comunidade e materializando a relação entre teoria e prática por meio das dimensões da pesquisa, do ensino e da extensão (UNINTER, 2020).

A implementação do projeto NICAJ ocorreu por meio de orientações da coordenação de curso de estágio de Serviço Social através de vídeo conferências, manuais e outros materiais que compuseram a proposta. Para que o projeto se tornasse viável, foi necessária a articulação entre os Polos de Apoio Presencial da UNINTER, que aderiram ao projeto através da assinatura do termo de adesão à parceria solidária entre os polos, bem como da organização e execução do projeto, além da elaboração de um plano de trabalho pelos envolvidos no projeto. Dentre os temas abordados no NICAJ, estavam: a história social da criança e adolescente; o Estatuto da Criança e Adolescente e a Doutrina da Proteção Integral; os direitos fundamentais da Criança e Adolescente; o debate sobre o funcionamento das políticas das crianças e adolescentes envolvendo o Sistema de Garantia de Direitos, seus atores, as instituições e políticas que trabalham na garantia dos direitos da família; o controle social na política da infância e adolescência; o papel do Conselho tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) (UNINTER, 2020).

Estabelecida a adesão dos Polos de Apoio Presencial ao Projeto NICAJ, foi possível a abertura de campos de estágio, visto que cada polo contava com um Orientador de Estágio — Assistente Social — habilitado a exercer a atribuição da supervisão direta de estágio. Neste caso, respeitando a Resolução nº 533/2008 do CFESS, houve a pactuação entre dois Polos de Apoio Presencial na mesma jurisdição, constituindo-se campo de estágio. Neste cenário, os estudantes do Polo A recebiam a supervisão acadêmica em seu polo de origem e a supervisão de Campo no Polo B, que foi parceiro na adesão. Da mesma forma, os estudantes do Polo B vivenciaram a supervisão acadêmica em seu polo de origem e a supervisão de campo com o assistente social do Polo A.

O campo de estágio se formalizava por meio dos termos de compromisso de estágio e da organização de um plano de atividades, assim como o posterior envio de relatórios e

documentos com evidências das atividades realizadas. Assim, foi possível oportunizar espaços para a continuidade da formação dos estudantes que estavam em fase do estágio obrigatório, no contexto de pandemia, a partir do segundo semestre de 2020 até o final de 2021, quando o Parecer nº 19/2020 foi revogado.

Cabe destacar que o Projeto NICAJ priorizou a realidade local em que cada estagiário estava envolvido. Entre os aspectos relevantes dessa realidade, incluía-se o conhecimento da política da criança e do adolescente em sua cidade, a realização do mapeamento das unidades e entidades de atendimento, proteção, atenção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Isso envolveu visitas *in loco* aos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente e entrevistas com Conselheiros Tutelares (UNINTER, 2020).

A intenção do Projeto era que os estagiários desenvolvessem atividades de extensão junto às instituições que atuavam com crianças, adolescentes e jovens, tais como: escolas municipais, centros de educação infantil, colégios públicos e privados de ensino fundamental e médio, cursos profissionalizantes (tanto privados quanto públicos), centros de convivência, CAPS infantis, hospitais com atendimento pediátrico e especializado, clínicas especializadas em atendimentos neurológicos e psicopedagógicos (tanto privadas quanto públicas), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), programas de segurança alimentar e nutricional, bem como espaços de lazer, esporte e cultura (UNINTER, 2020).

Como um panorama da operacionalização do Projeto NICAJ, na sequência apresenta-se os dados gerais da adesão do projeto no ano de 2021.

PARTICIPANTES DO PROJETO NICAJ EM 2021			
PERÍODO	MÓDULO A	MÓDULO B	MÓDULO C
NÚMERO DE ESTUDANTES	166	213	198
NÚMERO DE POLOS	78	116	106
ESTADOS DO BRASIL	12	13	13

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Destaca-se que os Polos de Apoio Presencial que participaram do Projeto NICAJ estavam nas cinco regiões do Brasil. O projeto esteve em todos os estados Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo); além de Mato Grosso e Goiás no Centro-oeste; Amapá e Pará no Norte e no Nordeste (Bahia, Paraíba e Pernambuco).

Diante dos dados apresentados, torna-se evidente a vasta abrangência alcançada pelo Projeto NICAJ. É importante ressaltar que os estudantes que participaram do projeto conseguiram concluir seu processo de estágio supervisionado em Serviço Social, mesmo em um contexto de restrições à abertura das instituições, devido aos decretos de saúde pública que visavam limitar a circulação e funcionamento dessas instituições como medida de proteção à saúde coletiva.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas no projeto, destacam-se: a construção de mapeamentos, a organização e realização de lives e encontros virtuais para sensibilização e orientação sobre direitos; a participação em reuniões dos Conselhos de Direitos e conversas com as equipes dos Conselhos Tutelares; a sistematização das atividades em forma de relatórios, infográficos, *fanpage* ou *blog*, *folder* orientativo ou de divulgação, e a elaboração de cartilhas ou jornais com orientações sociais.

Dada essa ampla gama de possibilidades, adaptadas de acordo com a realidade de cada território, no projeto NICAJ foi previsto que as evidências das atividades realizadas fossem publicadas e compartilhadas por meio de relatórios de execução e avaliação, disponibilizados na sala de extensão do ambiente virtual de aprendizagem.

3 Considerações Finais

A experiência adquirida no Projeto NICAJ reforçou a relevância da extensão universitária como meio de influência e contribuição em diversas áreas geográficas, fortalecendo práticas locais e regionais. Isso reiterou o papel das instituições de ensino no apoio aos direitos humanos e no fortalecimento do processo de reconhecimento das pessoas e comunidades como sujeitos de direitos. Além disso, confirmou-se que a extensão pode ser um espaço qualificado para o desenvolvimento do estágio supervisionado em Serviço Social, desde que sejam respeitados os critérios normativos relacionados à supervisão direta e às atividades pertinentes à formação profissional do assistente social. Por fim, é relevante enfatizar a necessidade de ampliar os projetos de extensão que contribuam com a comunidade e sirvam como oportunidades de formação profissional para estudantes do ensino superior.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio**. Brasília, DF: 2010. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf Acesso em 02 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm Acesso em: 02 maio 2023.

BRASIL. MEC. **Parecer CNE/CP nº 19/2020.** Reexame do Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília: MEC, 2020.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.

BRUN, Adriane Buhner Baglioli; SANTOS, Sandra Aparecida Silva dos. **Estágio Supervisionado na formação do assistente social.** Curitiba: InterSaberes, 2019.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **Supervisão em Serviço Social.** 2 ed. São Paulo; Cortez, 1996. CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Resolução n. 533, de 29 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 02 maio 2023.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, 2015. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2023.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. *In: 19º Conferência Mundial de Serviço Social*, 2008, Salvador - BA. 19º Conferência Mundial de Serviço Social, 2008. p. 1-15.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgykz6qr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus.** Coimbra: Almedina, 2020.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como movimento articulador no processo de ensino-aprendizagem. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300010. Acesso em: 13 mar. 2023.

UNINTER. NICAJ - Núcleo Integrado de Iniciativas Extensionistas e Estudos da Criança, Adolescente e Juventude da Uninter. Curso De Serviço Social. Curitiba, 2020.